

# Tocqueville e as dinâmicas do progresso e da crise na democracia

Tocqueville and the dynamics of progress and crisis in democracy

Juliano Cordeiro da Costa Oliveira

<https://orcid.org/0000-0002-0844-6731> – E-mail: [julianocordeiro81@gmail.com](mailto:julianocordeiro81@gmail.com)

## RESUMO

Este artigo investiga como, em Tocqueville, as dinâmicas do progresso e da crise, na democracia, aparecem essencialmente interligadas nas análises do pensador francês. Tocqueville reflete como a democracia modificou os hábitos e costumes dos sujeitos na modernidade. A democracia proporcionou uma mobilidade social antes inexistente, gerando uma melhoria na vida dos indivíduos, à luz do espírito da igualdade. Porém, Tocqueville enfatiza os limites das melhorias sociais, econômicas e políticas no capitalismo, em que os sujeitos passam a desenvolver um sentimento de melancolia e frustração, além de um individualismo crescente, que pode corroer os laços de solidariedade fundamentais para a democracia. Haveria, sobretudo, o risco da existência de formas despóticas no interior das instituições democráticas, além da incorporação das desigualdades dos tempos antigos na própria democracia. Nesse sentido, Tocqueville mostra como as dinâmicas do progresso e da crise coexistem na democracia, analisando fenômenos políticos, sociais e econômicos, que apontam tanto para um progresso, como, ao mesmo tempo, para uma crise inerente a tal progresso, havendo a possibilidade da degeneração da democracia e de seu espírito da igualdade. Trata-se de uma abordagem pouco debatida nos estudos sobre Tocqueville, embora determinante para a filosofia política.

**Palavras-chave:** Tocqueville. Democracia. Progresso. Crise.

## ABSTRACT

This article investigates how the dynamics of progress and crisis in democracy appear essentially interconnected for Tocqueville in this French thinker's analyses. Tocqueville reflects how democracy altered the habits and customs of subjects in modernity. Democracy provided a previously non-existent social mobility, improving the lives of individuals considering the spirit of equality. However, Tocqueville emphasizes social, economic and political improvement limits in capitalism, in which subjects begin to develop a feeling of melancholy and frustration, in addition to a growing individualism, which can erode the bonds of solidarity fundamental to democracy. Above all, there is the risk of the existence of despotic forms within democratic institutions, in addition to the incorporation of the inequalities of ancient times into democracy itself. In this sense, Tocqueville demonstrated how the dynamics of progress and crisis coexist in democracy, analyzing political, social and economic phenomena, which point both to progress and, at the same time, to a crisis inherent to such progress, with the possibility of the degeneration of both democracy and its spirit of equality. This approach is scarcely debated in Tocqueville studies, although it is crucial for political philosophy.

**Keywords:** Tocqueville. Democracy. Progress. Crisis.

## Introdução

A ideia de um progresso da humanidade na história é inseparável da ideia de sua marcha no interior de um tempo vazio e homogêneo. A crítica da ideia do progresso tem como pressuposto a crítica da ideia dessa marcha (WALTER BENJAMIN).

Este artigo investiga como, em Tocqueville, ocorreria aquilo que chamamos de uma dinâmica entre o progresso e a crise no interior das sociedades modernas, capitalistas e democráticas. Apesar de ser um simpatizante dos tempos democráticos, o filósofo francês traz em suas análises reflexões críticas que surgem, ao mesmo tempo, de uma nova sociedade e de suas demandas que se instauram nos tempos modernos do capitalismo. Basta lembrar que os dois volumes de *Democracia na América* apresentam uma nova sociedade que nasce naquele país, em seus aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais, no âmbito do próprio desenvolvimento e do nascedouro do capitalismo na América. Não por acaso, nos dois volumes de *Democracia na América* não se encontram apenas elogios ou críticas à democracia (FURET, 2014); trata-se, em realidade, de uma investigação ampla e complexa do que significou a instauração da democracia em seus mais diversos aspectos.

É justamente nas contradições, paradoxos e ambiguidades das sociedades democráticas que as análises de Tocqueville se situam. Apesar de já pertencer ao cânone dos pensadores e filósofos da política, pouco se diz, na literatura especializada, acerca da relação entre o progresso e seu potencial de crise que esse mesmo progresso carrega consigo na obra de Tocqueville, seja nos dois volumes de *Democracia na América*, seja em *O antigo regime e a revolução* ou até mesmo em textos menos conhecidos, como "*Ensaio sobre o pauperismo*". Em todos eles, observamos sempre uma dinâmica entre o progresso político, social e econômico, bem

como uma crise que se instaura a partir das novas demandas surgidas ao longo desse processo, haja vista uma nova sociedade que não eliminou as contradições de seu passado, ao mesmo tempo que não oferece respostas satisfatórias para as contradições de sua época. Este é o fio condutor da reflexão deste artigo.

A democracia nascente na América, diz Tocqueville, apresenta a ideia de um indivíduo autossuficiente, que determina seu próprio destino, ao contrário das sociedades hierarquizadas do passado. Entretanto, é essa mesma sociedade centrada no indivíduo que faz com que haja a possibilidade do aparecimento de formas radicais de individualismo, colocando em questão a perspectiva do bem comum, algo determinante para a democracia. Tocqueville, aqui, apontaria para a possibilidade de uma corrosão dos laços sociais, numa época em que o indivíduo é elevado à instância primeira da vida democrática, com o risco, inclusive, do aparecimento de formas despóticas no interior das instituições democráticas. Quais as consequências desse individualismo radical para a democracia? O que esperar de uma democracia que se fundamenta num tipo de sujeito atomizado, sem vínculos de solidariedade?

Se, num primeiro momento, a democracia elevou o nível de vida da maioria da sociedade, gerando mobilidade social e a conquista de novos direitos, em seguida, afirma Tocqueville, o interesse pela vida coletiva rapidamente é substituído pela busca incessante dos pequenos prazeres materiais e individuais, fazendo com que os sujeitos se sintam cada vez mais indiferentes com a política. Pode-se até, diz o filósofo francês, ter eleições periódicas; porém, a sociedade encontrar-se-ia cada vez mais apática e fechada em interesses individuais, abrindo caminho para aquilo que Tocqueville denomina de “*despotismo doce*”, típico das sociedades democráticas. A mesma mobilidade social que a democracia, no capitalismo, possibilitou, através da ampliação do consumo das massas, também gerou frustração nos indivíduos que logo percebem que seus horizontes de expectativas não serão atingidos. A melancolia, afirma Tocqueville, nesse contexto, seria um dos sentimentos característicos das sociedades democráticas.

Essa dinâmica entre o progresso e a crise é, por exemplo, igualmente objeto de reflexão de Tocqueville em *O antigo regime e a revolução*, quando ele analisa os anos que antecederam à Revolução Francesa, apontando que no momento mais próspero até então, a saber, o reinado de Luiz XVI, é que ocorreu a revolução. Seria justamente nos governos mais prósperos que as demandas e exigências por uma melhor vida viriam à luz, ocorrendo revoltas. Assim como em *Democracia na América*, há, em *O antigo regime e a revolução*, uma tensão entre uma sociedade que progride e uma crise inerente a tal progresso. Já em escritos como “*Ensaio sobre o pauperismo*”, Tocqueville enfatiza que a mesma Inglaterra que possuía as indústrias mais avançadas da época, era a mesma nação em que o número de miseráveis aumentava. De um lado, uma sociedade em que as indústrias progrediam; de outro, uma nação em que os miseráveis não paravam de crescer. Também, no segundo volume de *Democracia na América*, Tocqueville explicita a crescente desigualdade social e econômica existente naquele contexto, afirmando, inclusive, a existência de uma aristocracia em plena democracia, oriunda dos industriais, onde os ricos viveriam numa sociedade à parte, enquanto o restante da população num estado de crescente miséria.

A grande contradição das eras democráticas seria postular um regime da igualdade, ao mesmo tempo que essa igualdade nunca se concretiza, política, social e economicamente. O filósofo francês, em *Democracia na América*, problematiza, por exemplo, como a matança dos povos indígenas na América, a herança da escravidão e a existência ainda dos exércitos em plena democracia, poderia colocar em perigo a própria democracia, tal qual um passado que se instaura nos tempos da igualdade. Diante disso, justificamos a relevância das reflexões de Tocqueville, sobretudo à luz da dinâmica entre o progresso e a crise, algo essencial para a filo-

sofia política. Trata-se de uma abordagem pouco levada em consideração no debate público e filosófico acerca de Tocqueville, sendo de fundamental importância para a filosofia política contemporânea, haja vista as questões abordadas.

## O espírito do tempo da igualdade e do indivíduo

Quando eu comecei a viver, a aristocracia já havia morrido e a democracia ainda não havia nascido. Logo, meu instinto não podia me determinar cegamente a eleger uma ou outra [...] Como, porém, eu pertencia à antiga aristocracia de minha pátria, não a odiava nem a invejava e tampouco a amava de modo particular quando ela foi destruída; pois só gostamos de nos vincular ao que vive. Estava suficientemente próximo dela para conhecê-la bem e distante o bastante para poder julgá-la sem paixão. Sobre a democracia poderia dizer o mesmo (TOCQUEVILLE).

No início do segundo volume de *Democracia na América*, Tocqueville (2014b) enfatiza que a igualdade democrática destruiu e modificou relações que existiam outrora, estabelecendo novas. A revolução democrática, diz o filósofo francês, é um fato irreversível contra o qual não seria nem desejável nem sensato lutar. Ela é universal e duradoura. Assim, segundo Tocqueville, a primeira e mais viva das paixões é o amor por essa mesma igualdade, especialmente na França, país em que a paixão pela igualdade adquiriu lugar de importância no coração dos homens:

Como nenhum homem difere então de seus semelhantes, ninguém poderá exercer um poder tirânico; os homens serão perfeitamente livres, porque serão todos inteiramente iguais; e serão todos perfeitamente iguais porque serão inteiramente livres. É para esse ideal que tendem os povos democráticos (TOCQUEVILLE, 2014b, p. 113).

Em Tocqueville, como defende François Furet (1989), a representação que os indivíduos modernos fazem de si mesmos, como iguais, constitui a própria natureza da democracia. Tocqueville observa aquilo que denomina de um vínculo secreto entre a igualdade e as revoluções democráticas. Essa igualdade influencia o andamento da sociedade, proporcionando ao espírito público “certa direção, certo aspecto às leis; aos governantes, novas máximas e hábitos particulares aos governados” (TOCQUEVILLE, 2014a, p. 7). Segundo o pensador francês, a igualdade das condições, enquanto ideia e valor, se espalhou em todos os âmbitos da sociedade, do político ao social. “Não se poderia conceber os homens eternamente desiguais entre si num só ponto e iguais em outros; portanto eles chegarão, num tempo dado, a sê-lo em todos” (TOCQUEVILLE, 2014a, p. 63). Para Jacques Rancière (2014), Tocqueville entendia por igualdade de condições justamente o fim das antigas sociedades divididas em ordens e castas. O poder patriarcal, por exemplo, foi duramente abalado com o advento da democracia.

A força de opinião exercida pelo pai sobre os filhos, diz Tocqueville, se tornou cada vez menor, assim como a democracia exerceu forte influência na liberdade e na autonomia das mulheres. O poder da autoridade é menos absoluto com a democracia, pois uma espécie de igualdade se estabelece, seja no plano dos governos ou mesmo na esfera íntima, como na família: “A democracia derruba ou abaixa a maior parte dessas barreiras” (TOCQUEVILLE, 2014b, p. 125). Essa mesma igualdade, todavia, pode fazer dos homens, nas democracias, seres isolados, uma vez que a igualdade democrática torna os indivíduos livres e senhores de seu próprio destino, como sujeitos autossuficientes.

No início do segundo volume de *Democracia na América*, Tocqueville contextualiza como a ideia do indivíduo moderno passou a dominar os mais diversos aspectos da vida social, cultural e política nas democracias. Os americanos, por exemplo, diz Tocqueville, não leem Descartes, uma vez que seu estado social os desvia dos estudos especulativos. Porém, eles seguem suas máximas, “porque esse mesmo estado social dispõe naturalmente seu espírito a adotá-los” (TOCQUEVILLE, 2014b, p. 4). A América, para Tocqueville, é o país que melhor segue os preceitos de Descartes enquanto prática social.

Lima Vaz (2006) argumenta, nesse sentido, como o chamado *homem moderno* ocupa o centro da cena histórica, passando a ser a matriz das concepções contemporâneas do homem que se formularão nos séculos posteriores. Com o homem moderno, podemos falar de um novo modo de pensar e sentir (VAZ, 2006). A cultura moderna desenvolveu concepções de individualismo que retratam a pessoa humana como uma instância que encontra suas coordenadas apenas dentro de si, declarando “independência das redes de interlocução que o formaram originalmente” (TAYLOR, 2013, p. 56).

Tocqueville demonstra como a representação de um indivíduo autossuficiente norteia a América. O fim das antigas ordens aristocráticas tornou o indivíduo livre de qualquer autoridade ou tradição: ele agora é senhor de si mesmo, pensando o mundo a partir de si. Os cidadãos se tornam semelhantes, buscando na própria razão a fonte mais visível e próxima da verdade. “Cada qual se tranca, pois, estreitamente em si e pretende julgar o mundo a partir daí” (TOCQUEVILLE, 2014b, p. 4). No século XVI, como demonstra Tocqueville, os reformadores submetem à razão individual alguns dos dogmas da antiga fé; já no século XVII, Bacon, nas ciências naturais, e Descartes, na filosofia, abolem as fórmulas estabelecidas, destroem o império das tradições e derrubam a autoridade do mestre. Já os filósofos do século XVIII, generalizando, enfim, o mesmo princípio, empreendem submeter ao exame individual de cada homem o objeto de todas as suas crenças. Tal método, enfatiza Tocqueville, vai das escolas de pensamento à própria sociedade. Se na França se lê Descartes, na América, diz Tocqueville, se vive Descartes. Os homens buscam “a luz tão só em si mesmos” (TOCQUEVILLE, 2014b, p. 7).

Para os antigos, tal qual exemplifica Charles Taylor (2013), obter acesso ao bem era se voltar para uma ordem cósmica, entrando em sintonia com ela. Já a internalização elaborada pela ordem moderna, ao contrário das anteriores, fez com que as fontes morais passassem a habitar nossa interioridade, numa concepção autorreferencial e originária de indivíduo. “Agora, a racionalidade é uma propriedade interna do pensamento subjetivo. [...] Ao fazer essa mudança, Descartes articula o que passou a ser a visão moderna padrão” (TAYLOR, 2013, p. 206). O *eu*, então, deve assegurar a unidade biopsíquica e espiritual do indivíduo e a forma de suas relações fundamentais com o mundo, o outro e a transcendência. “É, pois, a hermenêutica do indivíduo moderno que está no centro das axiologias da modernidade, de Descartes a nossos dias” (VAZ, 2012, p. 28). Daí, Tocqueville argumentar que tal ideia de indivíduo ser influente na própria forma como as instâncias sociais, políticas e culturais se estabeleceram na América, assim como o risco de tal sociedade desenvolver noções de individualismo que poderiam colocar em questão qualquer ideia de bem comum, algo fundamental para uma democracia.

Tocqueville alerta que, sem crenças comuns, não há propriamente uma ação comum, havendo apenas homens solitários, mas não um corpo social. Aqui, Tocqueville aponta o risco de a democracia se converter em uma forma despótica, a partir da lógica de uma democracia que se fundamenta em indivíduos isolados que buscam apenas seus interesses próprios, não havendo mais corpo e laços sociais. “Como resistir à tirania num país em que cada indivíduo é fraco e em que os indivíduos não estão unidos por nenhum interesse comum?” (TOCQUEVILLE, 2014a, p. 109). Para ele, com o individualismo, toda virtude pública é sufocada, todo o “agir so-

cialmente” (LÖWITH, 2014, p. 277). Por conseguinte, um tipo muito específico de despotismo, nascido na democracia, retira dos cidadãos qualquer paixão comum ou necessidade mútua, enclausurando-os na vida privada.

Tocqueville (2014b, p. 388) fala acerca do risco de a democracia desenvolver um tipo de despotismo, denominado de “despotismo doce”, que degrada os homens sem os atormentar, porque se fundamenta num individualismo e numa vida reduzida ao consumismo e aos pequenos prazeres cotidianos. Como defende Charles Taylor (2011), podemos, em Tocqueville, observar o lado sombrio do individualismo, que torna a vida mais pobre em significado e menos preocupada com os outros. O pensador francês mostra-se preocupado com a indiferença pela vida pública em indivíduos centrados apenas em si mesmos. Estes poderão preferirem ficar em casa e desfrutar as satisfações da vida privada, desde que o governo vigente produza os meios para tais satisfações. Para Tocqueville (2014b), isso expõe o perigo de uma nova, especificamente moderna forma de despotismo, não sendo uma tirania do terror e da opressão, como nos tempos antigos (OLIVEIRA, 2019). O governo será moderado, podendo até manter formas democráticas, com eleições periódicas. Porém, tudo seria governado por um enorme poder tutelar sobre o qual o povo teria pouco controle.

O despotismo das sociedades democráticas faz da indiferença e do individualismo um tipo de virtude pública, fundamentando-se no desinteresse pela vida pública. Os vínculos sociais correriam o risco de serem destruídos à luz de um individualismo cada vez mais crescente, abrindo caminho para governos tirânicos, legitimados pela apatia e indiferença dos sujeitos com a vida pública. Acima dos indivíduos, poderá ser erguido um poder imenso, que se encarrega sozinho de assegurar o proveito da sociedade. Esse poder trabalha para a felicidade dos indivíduos, mas quer ser ele apenas o único agente de tal felicidade. Esse tipo de servidão regada, doce e calma pode perfeitamente se estabelecer nas democracias (OLIVEIRA, 2019).

Em Tocqueville, emerge o problema de uma sociedade formada apenas de indivíduos atomizados. Os homens, isolados uns dos outros, buscam apenas o bem-estar próprio, como a única ambição possível. Cada operário, diz Tocqueville, volta-se apenas para si mesmo. “O egoísmo resseca o germe de todas as virtudes” (TOCQUEVILLE, 2014b, p. 119). Isto produz, ao mesmo tempo, segundo ele, uma transformação das virtudes que pensam e agem em torno da vida em comum, para uma ação que objetiva tão somente o sucesso e o bem-estar do indivíduo.

No capítulo intitulado “Por que há nos Estados Unidos tantos ambiciosos e tão poucas grandes ambições”, do segundo volume de *Democracia na América*, Tocqueville relata que a primeira coisa que chama a atenção nos Estados Unidos é a multidão incalculável dos que procuram sair de sua condição de origem; e a segunda é o pequeno número de grandes ambições que se fazem notar no meio desse movimento de ambição. As grandes ambições, em Tocqueville, no melhor sentido republicano, seriam aquelas que produziriam uma ação comum e que pensariam uma vida em comum, nos vínculos de solidariedade, ao contrário do individualismo.

Devemos lembrar que, em Tocqueville, a análise da democracia, de seus hábitos e costumes, está entrelaçada com o capitalismo nascente nos Estados Unidos, em que uma ação em comum é substituída pela busca incessante do bem-estar do indivíduo enquanto consumo de bens materiais. Por um lado, contextualiza o filósofo francês, a democracia proporcionou um ganho material para um maior número de pessoas, com um significativo aumento da mobilidade social, ao contrário das sociedades aristocráticas, que se caracterizavam por serem rigidamente hierarquizadas. A democracia elevou os salários, melhorando as condições de vida. Além disso, diz Tocqueville, o operário passou a ter uma ideia mais elevada de seus direitos. Todavia, novas ambições, desejos e necessidades surgem a partir da melhoria de vida à luz de um capitalismo nascente na América. “Nas eras democráticas, a extrema mobilidade

dos homens e seus impacientes desejos faz que eles mudem o tempo todo de lugar” (TOCQUEVILLE, 2014b, p. 87). Todos se sentem constantemente pressionados pelo medo de descer e pelo ardor de subir na sociedade.

O dinheiro se torna a principal marca que classifica e distingue os homens entre si, transformando a condição dos indivíduos, elevando ou rebaixando suas famílias: “não há praticamente ninguém que não seja obrigado a fazer um esforço desesperado e contínuo para conservá-lo ou adquiri-lo” (TOCQUEVILLE, 2017, p. 46). Para Tocqueville, a ânsia de enriquecer a todo custo, o gosto pelos negócios, o amor pelo lucro, a busca do bem-estar e dos prazeres materiais são as paixões mais presentes na democracia. Paixões estas que se espalham por todas as classes, incluindo aquelas historicamente excluídas.

Segundo Furet (2014), a democracia, em Tocqueville, apresentaria, com isso, um problema até então desconhecido, a saber, o de sua viabilidade cotidiana. É preciso ressaltar que a igualdade das condições, na democracia analisada por Tocqueville, não deve ser entendida no sentido literal, tal qual uma constatação puramente empírica. A igualdade das condições, para Tocqueville, é um princípio característico da ordem social democrática, em oposição ao mundo aristocrático de outrora. Ela não significa, como aponta Furet (2014), que senhor e servo sejam realmente iguais, mas que podem sê-lo, ou ainda que a relação de subordinação provisória não é constitutiva de um “estado” que os defina a ambos por inteiro, já que ela pode, por exemplo, inverter-se um dia em função das suas conquistas recíprocas.

Como o servo pode tornar-se senhor, e aspira a isso, ele não é diferente do senhor, possuindo os mesmos direitos como cidadão (FURET, 2014). Entretanto, Tocqueville observa que rapidamente a possibilidade de expansão da igualdade e da melhoria de vida terminam, uma vez que as condições materiais se tornam limitadas, a partir, por exemplo, da queda dos salários, gerando um sentimento de melancolia e frustração nos indivíduos, embora seus desejos não possuam limites.

## Revolta e melancolia na democracia

No capítulo XIII, do segundo volume de *Democracia na América*, intitulado “Por que os americanos se mostram tão inquietos no meio de seu bem-estar”, Tocqueville destaca o sentimento de frustração numa democracia que promete uma igualdade que nunca se realiza plenamente, em que a busca pelo bem comum é substituída pela procura das fruições materiais, ao mesmo tempo em que as condições de vida dos operários se deterioram, além do aumento da pobreza e da miséria.

Nos povos democráticos, os homens obterão facilmente certa igualdade; mas não poderiam alcançar a que desejam. Esta recua cada dia diante deles, mas sem nunca se furtar a seus olhares e, retirando-se, atrai-as em seu encaço. Eles creem sem cessar que vão pegá-la, e ela escapa sem cessar de seus braços. Eles a veem bastante de perto para conhecer seus encantos, não se aproximam o bastante para desfrutar dela e morrem antes de terem saboreado plenamente suas doçuras (TOCQUEVILLE, 2014b, p. 168).

A melancolia, diz Tocqueville, passa a ser um sentimento característico dos habitantes dos países democráticos. De uma euforia, de uma rápida, porém limitada ascensão social, os indivíduos se frustram. Na França, relata ele, o número de suicídios aumenta; enquanto na América a demência é mais comum. Cumpre reconhecer, nas palavras de Tocqueville, que “as esperanças e os desejos se frustram com maior frequência, as almas são mais comovidas e mais inquietas; as preocupações, mais agudas” (TOCQUEVILLE, 2014b, p. 169). O mesmo estado so-

cial, afirma o filósofo francês, que sugere aos homens desejos ilimitados, encerra tais desejos em limites restritos, havendo frustração.

Não há país no mundo em que as fortunas particulares sejam mais instáveis do que nos Estados Unidos. Não é raro que, no curso da sua existência, o mesmo homem suba e desça todos os degraus que levam da opulência à pobreza (TOCQUEVILLE, 2014b, p. 251).

Observamos uma complexidade e uma dinâmica presentes na análise de Tocqueville acerca da melhoria das condições de vida e o progresso da modernidade, assim como os limites de tais melhorias, como se o progresso carregasse consigo uma contradição inerente. Os horizontes de expectativas de vida logo diminuem, mesmo com um relativo avanço social, político e econômico. “Podemos, portanto, prever que as classes industriais serão, independentemente das causas gerais e permanentes de miséria que agem sobre elas, submetidas frequentemente às crises” (TOCQUEVILLE, 2020b, p.192-193). Em “O antigo regime e a revolução”, publicado em 1856, Tocqueville segue uma perspectiva semelhante àquela encontrada anteriormente em *Democracia na América*, ao analisar os momentos que antecederam à Revolução Francesa. Ele fala, inclusive, de um progresso existente ainda nos últimos anos do antigo regime sob o reinado de Luís XVI.

No capítulo intitulado “Que o reinado de Luís XVI foi a época mais próspera da antiga monarquia e como essa mesma prosperidade precipitou a revolução”, Tocqueville enfatiza que a busca por uma melhor condição de vida é sempre universal, porém impaciente e melancólica. À medida que se desenvolveu a prosperidade na França, ainda no Antigo Regime de Luís XVI, os espíritos, conta Tocqueville, ficavam mais instáveis e inquietos; o descontentamento público exaspera-se e o ódio contra todas as instituições antigas vai aumentando: “A nação marcha visivelmente para uma revolução” (TOCQUEVILLE, 2017, p. 180).

As regiões da França, diz Tocqueville, que alcançaram avanços sociais e econômicos foram justamente as mesmas onde a Revolução ganhou mais força: “os franceses julgaram sua condição tanto mais insuportável quanto melhor ela se tornava. [...] Não é sempre indo de mal a pior que se cai em revolução” (TOCQUEVILLE, 2017, p. 180-181). Ele enfatiza que o momento mais perigoso para um governo é, sobretudo, quando ele começa a progredir e a se reformar: “o mal diminuiu, é verdade, mas a sensibilidade está mais viva” (TOCQUEVILLE, 2017, p. 181). Para Tocqueville, as menores arbitrariedades de Luís XVI pareciam mais difíceis de suportar do que todo o despotismo de Luís XIV. Em 1780, explica ele, ninguém afirmava que a França estava em decadência: “Ao contrário, diriam que naquele momento não há mais limites para seus avanços” (TOCQUEVILLE, 2017, p. 181).

A ânsia de enriquecer e o gosto pelo bem-estar expandiram-se no reinado de Luís XVI. Daí, os males pareciam cada vez mais intoleráveis, em comparação há trinta anos antes. A Revolução Francesa, defende Tocqueville, não será mais do que trevas para os que quiserem olhar apenas para ela, sem seus antecedentes: “é nos tempos que a precedem que se deve buscar a única luz capaz de iluminá-la” (TOCQUEVILLE, 2017, p. 205). Sem uma nítida visão da antiga sociedade, de suas leis, de seus vícios, êxitos e limites, de seus preconceitos e misérias, jamais se compreenderá o que os franceses fizeram.

Essa visão nítida da antiga sociedade, de como o passado fala no tempo presente, isto é, de como o passado não aceita ser passado, é essencial, em Tocqueville, para sua análise social e política, haja vista uma nova sociedade que incorpora aspectos de sua antiga ordem. É notório que alguém como Marx (2010), tal qual um seguidor do espírito dialético hegeliano, cite propriamente Tocqueville, em sua crítica a Bruno Bauer, em “*Sobre a questão judaica*”. Marx

ênfatiza que o estado secular incorpora elementos religiosos em sua própria estrutura, e que o progresso secular não necessariamente elimina os valores religiosos de outrora, citando o exemplo dos Estados Unidos. Na democracia americana, ser religioso e, ao mesmo tempo, membro de uma sociedade política, não constituía uma ruptura interna ao processo de secularização, e sim uma continuidade, pois lá era possível ser religioso no privado e no público, sem que fosse necessário se exigir que o religioso deixasse de ser religioso para ser membro de uma sociedade política (OLIVEIRA; CARVALHO, 2021). Por isso, como nos lembra Marx (2010), remetendo-se a Tocqueville, era plenamente possível ser religioso e ser membro de uma sociedade política. Segundo Marx, apesar de seu caráter secular, a América do Norte era, ao mesmo tempo, a terra da religiosidade.

Daí, a análise de Tocqueville mostrar sempre que costumes e práticas dos tempos antigos podem passar a fazer parte da democracia, tal qual a herança da escravidão, a matança dos indígenas, bem como a manutenção dos exércitos na democracia, como veremos a seguir. Tudo isso, de acordo com ele, poderá ter consequências nefastas para a democracia, uma vez que um passado contrário aos tempos da igualdade instaura-se no interior da própria democracia e de suas instituições.

## Como a democracia incorpora elementos da antiga ordem

Muitos acreditam que as novas sociedades vão mudar de fisionomia cada dia, e eu temo que elas acabem por se fixar demasiado invariavelmente nas mesmas instituições, nos mesmos preconceitos, nos mesmos costumes (TOCQUEVILLE).

No capítulo intitulado “Algumas considerações sobre o estado atual e o futuro provável das três raças que habitam o território dos Estados Unidos”, do primeiro volume de *Democracia na América*, Tocqueville argumenta que tanto os índios como os negros ocupam uma posição inferior frente ao homem branco. Ele mostra-se preocupado com o fato de tal desigualdade migrar para as constituições e costumes da democracia. Primeiramente, sobre os índios, Tocqueville explicita que os europeus condenaram os povos indígenas a uma vida miserável, com a destruição de seus territórios e a matança de seus diversos povos: “A condição moral e o estado físico desses povos não cessaram simultaneamente de piorar” (TOCQUEVILLE, 2014a, p. 376). O pensador francês relata que é preciso fazer “mais de cem léguas no interior do continente para encontrar um índio” (TOCQUEVILLE, 2014a, p. 379). Para sobreviver, os índios precisavam recorrer ao modo de vida dos brancos:

Atrás deles está a fome, diante deles a guerra, por toda a parte a miséria. [...] O vínculo social, desde há muito debilitado, rompe-se então. Para eles, já não havia pátria, logo não haverá mais povo; no máximo restarão famílias; o nome comum se perde, a língua é esquecida, os traços da origem desaparecem. A nação deixa de existir. [...] Não gostaria que o leitor pudesse crer que estou carregando nas tintas. Vi com meus próprios olhos várias das misérias que acabo de descrever; contemplei males que me seria impossível narrar (TOCQUEVILLE, 2014a, p. 381).

A espoliação dos índios, prossegue Tocqueville, acontece de maneira regular e legal. Isolados em seu próprio território, eles passaram a formar apenas uma pequena colônia de estrangeiros incômodos em seus próprio país. A expulsão completa dos índios é o objetivo final das medidas tirânicas, diz Tocqueville, dos legisladores dos Estados do Sul: “Os americanos dessa parte da União veem com cobiça as terras que os indígenas possuem” (TOCQUEVILLE, 2014a, p. 389). À avidez dos colonos, argumenta Tocqueville, soma-se a tirania do governo. Os

Estados Unidos, explicita ele, não quiseram reconhecer os povos indígenas como independentes, procurando submeter tais povos aos magistrados, costumes e leis dos brancos.

Tudo isso comprometeria, na perspectiva de Tocqueville, a existência da sociedade livre que a instaurou e que, por havê-la instaurado e perpetuado, encontra-se minada desde o interior. A América igualitária incorporou um princípio inconfessável e nocivo para sua própria democracia e seu futuro, tal qual gerasse, para Tocqueville, uma democracia que nunca consegue se realizar plenamente, como também parece ser o caso do passado de escravidão na América: "A opressão tirou com isso, dos descendentes dos africanos, quase todos os privilégios da humanidade" (TOCQUEVILLE, 2014a, p. 374).

A independência do negro nos Estados Unidos, destaca o autor de *Democracia na América*, muitas vezes parece um grilhão ainda mais pesado que a própria escravidão: o cativo o embrutece e a liberdade o faz perecer, haja vista que o preconceito, mesmo com a liberdade, parece ainda imóvel, diz Tocqueville. O negro liberto é deixado à própria sorte. Ele faz mil esforços inúteis para se introduzir numa sociedade que o repele: "O negro perdeu até mesmo a propriedade de sua pessoa" (TOCQUEVILLE, 2014a, p. 376). A América conserva, assim, o passado da escravidão em sua democracia:

Em quase todos os Estados em que a escravidão foi abolida, deram-se ao negro direitos eleitorais; mas se ele se apresenta para votar corre risco de vida. Oprimido, pode se queixar, mas só encontra brancos entre seus juizes. A lei, no entanto, abre-lhe o banco dos jurados, mas o preconceito afasta-o dele. Seu filho é excluído da escola em que vai se instruir o descendente dos europeus. Nos teatros, ele não conseguiria comprar, nem a preço de ouro, o direito de sentar junto daquele que foi seu amo; nos hospitais, jaz à parte. Permite-se que o negro implore ao mesmo Deus dos brancos, mas não no mesmo altar. Ele tem seus padres e seus templos. Não lhe fecham as portas do céu, porém a desigualdade mal se detém à beira do outro mundo. Quando o negro falece, jogam seus ossos em separado, e a diferença de condição se encontra até mesmo na igualdade da morte (TOCQUEVILLE, 2014a, p. 397).

Apesar de livre na democracia, o negro não pode compartilhar nem os direitos, nem os prazeres, os trabalhos, as dores ou o mesmo túmulo daquele, ressalta Tocqueville, de quem foi declarado um igual. O negro é privado de todos os direitos dos cidadãos livres, não podendo nunca se tornar um igual:

[...] confesso que não encontro indignação para estigmatizar os homens de nossos dias, autores desses ultrajes; mas junto todo o meu ódio contra os que, depois de mil anos de igualdade, introduziram de novo a servidão no mundo (TOCQUEVILLE, 2014a, p. 419).

A democracia postularia uma igualdade que não se realiza, ao mesmo tempo que suas instituições reproduzem e incorporam a desigualdade de outrora, seja política, econômica ou social. A análise de Tocqueville, seja na *Democracia na América* ou em *O Antigo regime e a revolução*, não prioriza a questão social em detrimento da questão política. Hannah Arendt, nesse sentido, notabilizou-se por caracterizar o contexto americano como aquele que enfatizaria a chamada questão política, à medida que a Revolução Francesa teria dado prioridade à questão social:

[...] o problema da pobreza estava ausente do cenário americano, mas estava presente em todas as outras partes. [...] O que estava ausente do cenário americano era não tanto a pobreza, e sim a miséria e a indignância. [...] O problema que colocavam não era social, e sim um político; referia-se não à ordem da sociedade, e sim à forma de governo (ARENDR, 2011, p. 103).

A nosso ver, em Tocqueville, ao contrário da leitura de Arendt, as questões sociais e políticas estão essencialmente interligadas, de modo que é impossível separarmos elas, seja no contexto americano ou francês. A miséria dos trabalhadores, negros e índios reverbera em suas exclusões políticas. Tocqueville dizia que a herança da escravidão na América era um empecilho para o pleno florescer da democracia naquele país.

No segundo volume de *Democracia na América*, ele mostra, por exemplo, como a miséria dos operários aumenta contraditoriamente no regime das condições de igualdade, uma vez que uma nova aristocracia passa a fazer parte da própria democracia, com a criação e expansão das indústrias. Seus donos fazem parte de num mundo diverso dos operários. Estes são cada vez mais rebaixados, enquanto os industriais tornam-se cada vez mais ricos.

Um se parece cada vez mais com o administrador de um vasto império, o outro com um bruto. Aqui, portanto, patrão e o operário não têm nada de semelhante, e se diferenciam cada dia mais. Só se ligam um ao outro como os dois elos extremos de uma longa cadeia. Cada um ocupa um lugar que é feito para si e do qual não sai. Um se encontra numa dependência contínua, estreita e necessária em relação ao outro, e parece nascido para obter, como o outro para comandar. Que é isso, senão uma aristocracia? (TOCQUEVILLE, 2014b, p. 197).

Tocqueville aponta uma aristocracia presente na própria democracia, num regime teoricamente dos iguais. A indústria conservou a forma aristocrática nas nações modernas, ainda que, nas palavras de Tocqueville, “víssemos desaparecer as instituições e os costumes que a aristocracia fez nascer” (TOCQUEVILLE, 2020b, p. 190). Os ricos formam “dentro do Estado como que uma sociedade particular” (TOCQUEVILLE, 2014a, p. 205). A aristocracia dos séculos passados, enfatiza ele, era obrigada, pela lei ou pelos costumes, a socorrer seus servidores e aliviar suas misérias.

Mas a aristocracia dos tempos democráticos, depois de ter empobrecido e embrutecido os homens de que se serve, entrega-os à caridade pública. As condições de vida dos operários se deterioram, havendo, diz Tocqueville, uma multidão de miseráveis; estes mesmos operários têm de trabalhar todos os dias para não morrer de fome, porque não possuem outra propriedade além de seus braços. “A opressão empobreceu-os desde há muito, e fica mais fácil oprimi-los à medida que se tornam mais pobres” (TOCQUEVILLE, 2014b, p. 235). Para Tocqueville, não há fato mais grave, nem que mereça atrair a atenção do legislador de que esse estado de dependência e de miséria em que se encontra uma parte significativa da população industrial em plena democracia.

As desigualdades sociais e econômicas, ressalta ele, seguindo um de seus pensadores de cabeceira, a saber, Rousseau, são produtos de uma dada sociedade civil e histórica. Seria com o nascimento da propriedade privada da terra que se criaria a ideia de uma superioridade de um homem e, sobretudo, de uma família sobre outra família ou sobre outro homem (JASMIN, 2020). Nas palavras de Tocqueville:

Enquanto os homens foram errantes e caçadores, a desigualdade não pôde se introduzir entre eles de uma maneira permanente. Não existiria sinal exterior que pudesse estabelecer de modo durável a superioridade de um homem e, sobretudo, de uma família sobre outra família ou sobre outro homem; e se este sinal existisse, não poderia ser transmitido aos seus filhos. Mas desde o instante em que se conheceu a propriedade da terra, e os homens converteram as vastas florestas em ricos campos e abundantes pradarias, desde esse momento, vemos os indivíduos reunirem em suas mãos muito mais terra do que necessitam para se alimentar e perpetuar a propriedade para sua prosperidade. [...] É este estágio das sociedades que se deve colocar a origem de quase todas as aristocracias (TOCQUEVILLE, 2020a, p. 162).

Mesmo em sociedades modernas e democráticas, como vimos antes, um tipo de aristocracia, que migrou para a indústria, passa também a habitar o regime dos tempos da igualdade democrática. O progresso, em seus mais diversos aspectos, traria, junto de si, um potencial de crise e contradições. Em viagem à Inglaterra, Tocqueville (2020a) observou, no “Ensaio sobre o pauperismo”, como a miséria aumentava com o progresso econômico na então Inglaterra do século XIX. “A marcha progressiva da civilização moderna aumenta gradualmente, e em uma proporção mais ou menos rápida, o número daqueles que são levados a recorrer à caridade” (TOCQUEVILLE, 2020a, p. 184). Para Tocqueville, a Inglaterra exemplificava a contradição entre uma sociedade de progresso, ao mesmo tempo em que a miséria entre os homens e o pauperismo cresciam.

Em 1833 percorri a Grã-Bretanha. Alguns estavam surpresos com a prosperidade no interior do país: eu pensava na inquietude secreta que trabalhava visivelmente o espírito de todos seus habitantes. Pensava que grandes misérias deviam se esconder sob este manto brilhante que a Europa admira. Esta ideia me faz examinar o pauperismo com particular atenção, esta ferida horrorosa e imensa que se encontrava junto a um corpo pleno de força e de saúde (TOCQUEVILLE, 2020a, p. 179).

Tocqueville explicita que a pobreza passa a minar e a corroer os laços de solidariedade fundamentais para uma sociedade democrática. O mesmo estado social que proporcionou aos homens maior liberdade de mudar de vida, oferece menos interesse na mudança social em aspectos profundos, porque, segundo o filósofo francês, um tipo de conformismo individualista substitui as virtudes cívicas, republicanas e participativas de poder, colocando a maioria dos homens em estado de miséria e isolados uns dos outros. Se uma aristocracia passa a fazer parte da democracia, estabelecendo uma desigualdade crescente no regime da igualdade, tal qual vimos antes, significa dizer que a existência de forças e agrupamentos fundados num tempo anterior à democracia também pode se estabelecer, mesmo na era das condições de igualdade, como a existência dos exércitos na democracia. Para Tocqueville, não por acaso, a democracia precisaria diminuir ao máximo o poder dos exércitos em suas sociedades.

Tocqueville (2014b) enfatiza que nas nações democráticas as paixões guerreiras se tornam raras e menos vivas, à medida que as condições são mais iguais. Nas sociedades aristocráticas, a desigualdade da sociedade também determinava a desigualdade nos exércitos. O oficial era o nobre; o soldado, o servo. Este último possuía ambições limitadas, uma vez que sociedades tradicionais eram sociedades sem mobilidade social. Nas sociedades aristocráticas, o objetivo principal dos homens de guerra não era adquirir bens materiais e uma carreira social, como, posteriormente, passa a ser o caso dos exércitos nas democracias.

Como vimos antes, a democracia é o regime da mobilidade social, o que, nesse sentido, também reverbera nos exércitos das democracias. Os soldados, diante disso, podem se tornar oficiais, o que generaliza o desejo de promoção e amplia os limites da ambição militar ao infinito. “No seio dos exércitos democráticos, a ânsia de promoção é quase universal; é ardente, tenaz, contínua” (TOCQUEVILLE, 2014b, p. 331). Aqui, Tocqueville avalia a existência dos exércitos nas democracias a partir do desejo que os homens passam a ter de ascenderem econômica e socialmente a todo instante, o que, no caso dos exércitos, significa uma ascensão por meio de guerras no contexto das democracias e do capitalismo. Os soldados, afirma Tocqueville, sonham com os campos de batalha, mesmo nas democracias.

Nas democracias, os exércitos se mostram frequentemente inquietos, ameaçadores e insatisfeitos; desejam obter influência política, ao mesmo tempo que almejam as guerras. Enquanto a massa de uma nação teme as revoluções, os exércitos amam os distúrbios civis. Diz

Tocqueville: “não há nada tão perigoso quanto um exército no seio de uma nação que não é guerreira; o amor excessivo de todos os cidadãos pela tranquilidade coloca todos os dias, entre eles, a constituição à mercê dos soldados” (TOCQUEVILLE, 2014b, p. 333). As guerras, nas democracias, depois de terem destruído todas as indústrias, se tornam, elas mesmas, as únicas indústrias no âmbito do capitalismo.

Seria preciso, defende Tocqueville, a atenção dos homens públicos para a existência dos exércitos nas democracias. Não é no exército, aponta ele, que se pode encontrar remédio para os vícios do próprio exército, e sim no próprio país que busca uma prática real democrática, que diminua cada vez mais a influência dos exércitos nas democracias. É justamente nesse contexto que Tocqueville reflete como o passado pode ainda fazer parte de um regime da igualdade moderna, colocando em questão a própria democracia e suas instituições.

## Considerações finais

Vimos, neste artigo, como, em Tocqueville, há, em suas obras, sempre uma dinâmica de uma sociedade que progride política, social e economicamente, mas que, ao mesmo tempo, carrega consigo uma contradição inerente a tal progresso. Primeiramente, ressaltamos como a perspectiva do indivíduo marca fortemente as democracias, a partir da ideia de um indivíduo autossuficiente. Para o filósofo francês, as sociedades modernas e democráticas correm o risco, no entanto, de desenvolverem noções de individualismo que podem colocar em questão qualquer tipo de solidariedade social e bem comum, algo fundamental para uma democracia. Daí, para Tocqueville, mesmo na democracia, um tipo específico de despotismo, o “despotismo doce”, poderia se instaurar nas democracias e em suas instituições, à luz de uma sociedade apática e preocupada apenas nas satisfações dos desejos individuais.

Também, em Tocqueville, a dinâmica entre o progresso e sua crise aparece quando ele investiga como a mesma mobilidade social que a democracia proporciona é, ao mesmo tempo, limitada, frustrando os indivíduos nas democracias. Daí, como vimos, Tocqueville explicitar a melancolia e a frustração como sentimentos presentes nas democracias.

Seja em *Democracia na América*, seja em *O antigo regime e a revolução*, ou mesmo em textos menos conhecidos, como “*Ensaio sobre o pauperismo*”, observamos a dinâmica entre uma sociedade que progride, à medida que entra em processos de crise por não conseguir enfrentar suas contradições. A análise de Tocqueville aponta para diversos temas igualmente relevantes para a filosofia política contemporânea, como a desigualdade política, social e econômica na sociedade civil, a herança da escravidão na democracia, a matança dos povos originários que coloca em questão o ideal democrático da igualdade e mesmo a manutenção dos exércitos nas democracias. Os paradoxos relatados pelo filósofo francês em suas obras é o que constitui sua riqueza teórica, apontando para os desafios que a democracia enfrenta no tempo atual.

## Referências

ARENDDT, H. *Sobre a Revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

FURET, F. *Marx e a Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989.

FURET, F. Prefácio. O sistema conceptual da Democracia na América. In: TOCQUEVILLE, A. A *democracia na América (livro I)*: leis e costumes: de certas leis e certos costumes políticos que

foram naturalmente sugeridos aos americanos por seu estado social democrático. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014. p. 11-49.

JASMIN, M. Prefácio: Tocqueville e a nova pobreza do capitalismo industrial. In: REIS, H (Org.). *Democracia e miséria*. São Paulo: Discurso editorial, 2020, p. 9-13.

LÖWITH, K. *De Hegel a Nietzsche: a ruptura revolucionária no pensamento do século XIX: Marx e Kierkegaard*. São Paulo: Unesp, 2014.

MARX, K. *Sobre a Questão Judaica*. São Paulo: Boitempo, 2010.

OLIVEIRA, J. O Republicanismo de Tocqueville como crítica ao despotismo nas eras democráticas. *Pensando – Revista de Filosofia*, Teresina, v. 10, n. 21, 2019, p. 123-131.

OLIVEIRA, J; CARVALHO, M. Secularismo, religião e o problema da emancipação humana em Marx. *Veritas*, Porto Alegre, v. 66, n. 1, 2021, p. 1-13.

RANCIÈRE, J. *O ódio à democracia*. São Paulo: Boitempo, 2014.

TAYLOR, C. *A ética da autenticidade*. São Paulo: Realizações Editora, 2011.

TAYLOR, C. *As Fontes do Self: a constituição da identidade moderna*. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

TOCQUEVILLE, A. *A democracia na América (livro I): leis e costumes: de certas leis e certos costumes políticos que foram naturalmente sugeridos aos americanos por seu estado social democrático*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014a.

TOCQUEVILLE, A. *A democracia na América (livro II): sentimentos e opiniões de uma profusão de sentimentos e opiniões que o estado social democrático fez nascer entre os americanos*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014b.

TOCQUEVILLE, A. Ensaio sobre o pauperismo. In: REIS, H (Org.). *Democracia e miséria*. São Paulo: Discurso editorial, 2020a, p. 159-186.

TOCQUEVILLE, A. *O antigo regime e a revolução*. São Paulo: Edipro, 2017.

TOCQUEVILLE, A. Segundo ensaio sobre o pauperismo. In: REIS, H. (Org.). *Democracia e miséria*. São Paulo: Discurso editorial, 2020b. p. 187-204.

VAZ, L. *Antropologia filosófica*. 8. ed. São Paulo: Loyola, 2006. v. 1.

VAZ, L. *Raízes da modernidade: escritos de filosofia VII*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2012.

---

#### Sobre o autor

##### Juliano Cordeiro da Costa Oliveira

Professor Adjunto de Filosofia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professor colaborador externo do Mestrado Acadêmico em Filosofia da Universidade Estadual do Vale do Acaraú - MAF/UVA. Doutor em Filosofia pela Universidade Federal do Ceará (UFC), com doutorado sanduíche pela Ludwig-Maximilian-Universität (LMU), em Munique, Alemanha. Realizou estágio de pós-doutorado na Universidade Federal do Piauí (UFPI), com bolsa Capes/PNPD.

Recebido em: 12/11/2024

Received in: 11/12/2024

Aprovado em: 06/12/2024

Approved in: 12/06/2024